

SOMOS CAPAZES DE ESCUTAR AS VULNERABILIDADES SOCIALMENTE INDUZIDAS? REPENSANDO O LUGAR DE ESCUTA EM PSICANÁLISE PARA ALÉM DA "ABSTINÊNCIA" DO ANALISTA

Victor Hugo Amorim de FRANÇA¹

Bruno Netto dos REYS²

Maria Tavares CAVALCANTI³

Resumo

A partir de interrogações oriundas da clínica da recepção junto a sujeitos vulnerabilizados num ambulatório público de saúde mental, investigamos as articulações emergentes entre o referencial da psicanálise implicada, a incidência da dimensão da vulnerabilidade na escuta, e também a prática do testemunho. A metodologia do artigo consistiu num ensaio teórico interdisciplinar, baseado em articulações entre psicanálise, o conceito de vulnerabilidade da saúde coletiva e algumas contribuições de Judith Butler. A premissa ética e política que orientou o trabalho de investigação gira em torno da defesa de uma clínica que não redunde na prática da individualização e, portanto, da despolitização dos relatos endereçados. Uma clínica interrogada sobretudo por formas de silêncio que aparecem como formas de sobrevivência diante do horror. É desse paradoxo que a investigação atual extrai consequências, tensionando articulações para contribuir com uma psicanálise implicada, que seja capaz de diferenciar impossibilidades politicamente induzidas daquelas intrínsecas à subjetivação.

1

Palavras-chave: Psicanálise Implicada; Vulnerabilidade; Testemunho; Narração; Silenciamento.

ARE WE ABLE TO LISTEN TO SOCIALLY INDUCED VULNERABILITIES? RETHINKING THE PLACE OF LISTENING IN PSYCHOANALYSIS BEYOND THE ANALYST'S "ABSTINENCE"

Abstract

Based on questions from the reception clinic with vulnerable subjects in a public mental health clinic, we investigated the emerging articulations between the framework of implied psychoanalysis, the incidence of the dimension of vulnerability in listening, and also the practice of testimony. The article's methodology consisted of an interdisciplinary theoretical essay, based on articulations between

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Instituto de Psiquiatria, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: victorhugo.a.f.psi@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0009-0001-0440-7233>

² Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. E-mail: brunoreys@medicina.ufrj.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9468-2978>

³ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Faculdade de Medicina, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. ORCID: E-mail: mtavares@ipub.ufrj.br. <http://orcid.org/0000-0003-1872-4210>

França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

psychoanalysis, the concept of vulnerability (extracted from the field of collective health) and some contributions by Judith Butler. The ethical and political premise that guided the research work revolves around the defense of a clinic that does not result in the practice of individualization and therefore the depoliticization of the reports addressed. A clinic interrogated above all by forms of silence that appear as forms of survival in the face of horror. It is from this paradox that the current investigation draws consequences, tensioning articulations to contribute to an implicated psychoanalysis, which is capable of differentiating politically induced impossibilities from those intrinsic to subjectivation.

Keywords: Implicated Psychoanalysis; Vulnerability; testimony; Narration; Silence.

¿PODEMOS ESCUCHAR LAS VULNERABILIDADES INDUCIDAS SOCIALMENTE? REPENSAR EL LUGAR DE LA ESCUCHA EN EL PSICOANÁLISIS MÁS ALLÁ DE LA "ABSTINENCIA" DEL ANALISTA

Resumen

A partir de preguntas de la clínica de acogida con sujetos vulnerables en una clínica pública de salud mental, investigamos las articulaciones emergentes entre el marco del psicoanálisis implicado, la incidencia de la dimensión de vulnerabilidad en la escucha y también la práctica del testimonio. La metodología del artículo consistió en un ensayo teórico interdisciplinario, basado en articulaciones entre el psicoanálisis, el concepto de vulnerabilidad a la salud colectiva y algunos aportes de Judith Butler. La premisa ética y política que guió el trabajo de investigación gira en torno a la defensa de una clínica que no resulte en la práctica de la individualización y por tanto de la despoliticación de los informes abordados. Una clínica interrogada sobre todo por formas de silencio que aparecen como formas de supervivencia frente al horror. Es de esta paradoja que la presente investigación extrae consecuencias, tensando articulaciones para contribuir a un psicoanálisis implicado, que sea capaz de diferenciar las imposibilidades políticamente inducidas de aquellas intrínsecas a la subjetivación.

2

Palabras-Clave: Psicoanálisis Implicado; Vulnerabilidad; testimonio; Narración; Silencio.

INTRODUÇÃO

A impossibilidade de uma narrativa plena talvez implique que, desde o princípio, estamos eticamente implicados na vida dos outros (...). O outro representa a possibilidade de a história ser devolvida de uma nova forma (Butler, 2005/2015, p. 87; 105)

Este artigo é resultado da articulação entre pesquisa e atuação clínica num ambulatório público de saúde mental junto a sujeitos em situação de vulnerabilidade. A metodologia do artigo é o ensaio teórico interdisciplinar, tendo como base uma revisão das relações teórico-clínicas entre psicanálise implicada, vulnerabilidade e prática do testemunho. Tais relações foram pensadas a partir da clínica da recepção. Tendo como França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

referencial central a psicanálise implicada, tal como fundamentada na perspectiva de Miriam Debieux Rosa, buscamos interlocuções com o conceito de vulnerabilidade, tanto a partir da perspectiva da saúde coletiva como da filosofia política de Judith Butler, que aborda o ato de endereçamento da vulnerabilidade como fundamental para seu reconhecimento e simultânea reconstituição narrativa da experiência em termos subjetivantes e de inserção no laço social – ponto particularmente importante, na medida em que as experiências de sofrimento social são marcadas pelo silenciamento, tendo efeitos de dessubjetivação (Rosa, 2022).

Nesse ponto, cabe distinguir que haveria, para Butler, uma vulnerabilidade intrínseca à humanidade de cada um, e uma outra vulnerabilidade, que sublinhamos com mais veemência, e que seria justamente aquela que nos interessa dimensionar: uma vulnerabilidade politicamente induzida, e ligada à materialidade de corpos que não se situam na norma masculina, heterossexual, branca, cisgênero, etc. Tal vulnerabilidade é extensamente discutida por Butler no âmbito do luto, e de quais vidas são passíveis de luto público, e como até a morte é uma questão política. Para o âmbito de nossa investigação, o luto não será aprofundado, mas, pelo prisma do ato de relatar a si mesmo, iremos abordar a questão da vulnerabilidade no próprio ato do endereçamento, que caracteriza uma função essencial à existência humana e que constitui o pilar fundamental de toda clínica possível. É por meio da amplificação desse gesto quase prosaico e cotidiano, que a clínica possibilita que uma história possa se desenrolar em outras direções, que não aquelas que amplificam aquilo que Fanon (1952/2008) denominou de *zona do não ser*, zona politicamente induzida pela colonialidade nos corpos e subjetividades não hegemônicos.

Nessa direção, a prática do testemunho atua como *exercício de cocriação* - o lugar de fala do sujeito depende do lugar de escuta do analista - em que a posição do sujeito é constantemente reconstituída *pari passu* à possibilidade de seu endereçamento e reconhecimento no enquadre da escuta analítica (Indursky & Kveller, 2018). Segundo Macedo e Klautau (2020) e Rosa (2022), não se deve desconsiderar que o analista, além de sua função na transferência, é também um personagem da cena social, logo atravessado por relações de poder que inevitavelmente o condicionam. O reconhecimento seria efeito do lugar de fala desde o qual a verdade do sujeito pode emergir, abrindo-se um *processo de indeterminação* no que antes apresentava-se como local de cristalização da experiência de sofrimento (Ambra & Paulon, 2024). Por outro lado, antes de promover a indeterminação, é preciso criar condições de reconhecimento das determinações, por vezes desmentidas, às quais os sujeitos vulnerabilizados estão e estiveram expostos, determinações ligadas sobretudo aos papéis de raça, classe e gênero que vêm a ocupar na vida e que trazem consigo uma série de consequências, de ditos e não ditos. Tal reconhecimento passa pelo fato de que escutar um sujeito é escutar uma história de relações com espaços, territórios, pessoas e ausência ou presença de acessos a bens simbólicos que ora possibilitam a subjetivação, ora a dificultam. Nesse contexto, o lugar de escuta tradicional do analista, ou seja, aquele que sobretudo leva a *suspeitar* do discurso manifesto do paciente, passa por uma inversão, e é o clínico que passa França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

a ser objeto de suspeita. Guerra et al. (2015) denominaram de "sujeito suposto suspeito" esse tipo de inversão dialética pela qual o "sujeito suposto saber" é forçado a atravessar em situações sociais críticas.

Como forma de não ficar refém do referencial técnico clássico da psicanálise, muitos trabalhos têm tematizado a importância da psicanálise acolher uma discussão que inclua a prática do testemunho como um antídoto e uma possibilidade de criação clínico-política muito mais avançada do que a mera aposta reiterada na figura obsoleta do analista como "morto", "neutro", "indiferente" e que, com um silêncio perene, manobra uma transferência muito mais aos moldes de um combate contra um suposto sintoma, do que como uma relação que pode (ou não) produzir vitalidade e vontade de dizer, de pertencer e de viver, ali onde só haviam as marcas de um Outro excessivamente consistente, como bem apontado por Rosa (2012)⁴. Nossa premissa é de que prática do testemunho é solidária sobretudo ao campo da saúde mental e às preocupações expressas pelas abordagens clínico-política e ambas convergem no esforço de politizar práticas psicológicas marcadas por certa despolitização, entendida aqui como a ação de mecanismos de individualização, medicalização e patologização (uso excessivo de diagnósticos, por exemplo) de sofrimentos sociais. Rosa (2012) menciona que um dos efeitos desses mecanismos, inclusive sob o revestimento de práticas ditas científicas, é desvincular os acontecimentos da história pessoal, familiar, institucional, social e política dos implicados na cena. Nesse sentido, a contribuição da psicanálise implicada é prevenir contra certas intervenções que, equacionando equivocadamente vulnerabilidades sociais à falta universal e estrutural, recusem a complexidade da questão, podendo levar a um universalismo liberal.

4

Segundo Ambra e Paulon (2024), o não reconhecimento de assimetrias sociais pode produzir "concepções ortopédicas de direção do tratamento que buscam, por exemplo, nos cânones lacanianos que exaltam a ausência de sentido, construir um horizonte de tratamento cuja ausência de implicação remetesse a *certa concepção de retificação subjetiva*" (grifos nossos)⁵. A crítica à retificação subjetiva é oportuna e revela uma dimensão pouco abordada na literatura psicanalítica: a iatrogenia que certos modos desimplicados e despolitizados de recepção da fala e do silêncio podem gerar no que tange aos sujeitos vulnerabilizados. Ora o silêncio pode ser percebido como resistência que cabe enfrentar, ora a fala traz elementos sociais de difícil reconhecimento por parte do analista, preocupado em atingir um ideal de singularização (Tatit, 2023) sem o devido reconhecimento da incidência dos "desmentidos sociais" na história do sujeito (Canavêz & Verztman, 2021). Como bem apontado por Zygouris (2011), uma manifestação desse tipo de tendência é a forçagem de uma retificação subjetiva

⁴ "Tal discurso [do Outro], por vezes convertido em práticas sociais, apresenta um *Outro consistente e/ou não-castrado, regido por uma voracidade, por vezes de uma violência obscena, e interessado na manutenção sociopolítica*. Apresentado como hegemônico e universalizado, desarvora o sujeito quanto a seu lugar discursivo." (Rosa, 2012, p. 35).

⁵ Em *A ciência e a verdade* (1966), Lacan afirma: "Por nossa posição de sujeito sempre somos responsáveis. Que chamem a isto como quiserem, terrorismo." (1966, p. 873 citado por Rosa, 2012, p.2). França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

ou de uma responsabilização do sujeito por seu próprio gozo, reflexo da concepção estereotipada de que todo sofrimento seria um: "Gozo histérico para o qual haveria uma única resposta: a técnica da não-resposta sistemática; e um único objetivo: a castração" (p. 24). Cabe aqui sublinhar que não se trata de polemizar levemente a concepção de retificação subjetiva, mas de utilizá-la com cuidado e numa temporalidade que permita inserir, num momento oportuno, a questão da responsabilidade do sujeito por sua queixa, seu sofrimento⁶.

Segundo Guerra et al. (2021), a inclusão da dimensão da vulnerabilidade previne contra os riscos de individualizar e culpabilizar os sujeitos por seu sofrimento. Nesse sentido, a inclusão de tal dimensão converge em certa medida com a preocupação da psicanálise, que desde Freud e sua conceituação do desamparo, esteve preocupada em afirmar a anterioridade constitutiva do Outro enquanto lugar da palavra, da linguagem, da cultura, que incide na formação do sujeito. Ainda segundo Guerra et al. (2021), a especificidade da leitura psicanalítica atravessada pela vulnerabilidade seria criar lentes que "descortinam o quadro estrutural não-dito e somente meio sabido, ao convidar-nos a incluir essa dimensão fora da cena no enquadre" (Guerra et al., 2021).

DESENVOLVIMENTO

Da vulnerabilidade intrínseca à vida às vulnerabilidades politicamente induzidas

5

Etimologicamente, a palavra "vulnerabilidade" vem do latim *vulnerabilis*, "o que pode ser ferido ou atacado", de *vulnerare*, "ferir", de *vulnus*, "ferida, lesão", possivelmente de *vellere*, "rasgar, romper". Tal etimologia encontra forte conexão com as elaborações butlerianas, e aponta para um sentido ainda hoje ligado à vulnerabilidade: uma suscetibilidade ao sofrimento ou uma precariedade. Segundo Butler (2004/2019), por conta de nossa condição corporal, que nos torna interdependentes e expostos uns aos outros, há sempre uma margem de vulnerabilidade primária e intrínseca à existência, já que a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência (Butler, 2004/2019). Segundo Butler (2009/2023):

Evidentemente, o fato de o corpo de uma pessoa nunca pertencer completamente a ela, de não ser delimitado e autorreferencial, é a condição do encontro apaixonado, do desejo, do anseio e dos modos de se endereçar e de endereçamento dos quais depende o sentimento de estar vivo. (Butler, 2009/2023, p. 87)

Do ponto de vista das políticas de saúde mental, o conceito de vulnerabilidade apresenta-se como forma possível de politizar os pressupostos da oferta de escuta, e

⁶ No próprio contexto da psicanálise lacaniana, o conceito de "retificação subjetiva" vai gradualmente entrando em desuso e dá lugar a outros termos como "histericização" (Cabas, 2006). França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

tensionar a relação entre individual e coletivo, na medida em que desperta um movimento de olhar e sensibilização para o fato de que a chance de exposição a agravos e adoecimentos resulta de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas sobretudo coletivos, contextuais, que influenciam na suscetibilidade ao sofrimento. Salientamos o caráter eminentemente relacional da vulnerabilidade, como *efeito de relações que dizem respeito a todo o tecido social* (Ayres et al., 2003, p.135). Sobre a emergência do conceito de vulnerabilidade no campo de respostas a epidemia de HIV/AIDS, seria importante já colocar no horizonte inquietações que serão retomadas mais adiante, inquietações que Butler (2004/2019) expressou de forma muito pertinente, ao se perguntar sobre quem conta como humano e quais vidas contam como vidas, quando afirma:

(...) mulheres e minorias, incluindo minorias sexuais, são, como comunidade, sujeitas à violência, expostas à sua possibilidade, se não à sua concretização. Isso significa que somos constituídos politicamente em parte pela *vulnerabilidade social* dos nossos corpos - como um local de desejo e de *vulnerabilidade física*, como um local de exposição pública ao mesmo tempo assertivo e desprotegido. (Butler, 2004/2019, p. 40, *grifos nossos*)

A noção de *vulnerabilidade* (Ayres et al., 2003) apresenta-se, portanto, como uma ferramenta de leitura importante para a oferta de escuta clínica, ao considerar o papel determinante das condições de vida e do lugar social dos sujeitos em seu sofrimento e estratégias de subjetivação. Articulada à relevância da vulnerabilidade, emerge a tarefa necessária de reinvenção do *lugar de escuta* em psicanálise (Tenenbaum & Muñoz, 2023), trazendo à tona a impossibilidade de uma escuta não localizada, que tenha como objetivo escutar uma singularidade purificada, sem cor ou marcação de gênero e classe (Canavêz, 2020). A psicanálise implicada emerge como nome desse esforço em fazer valer uma clínica com rigor teórico, mas também pautada pela necessidade de ir além de um inconsciente sem cor, sem gênero, classe ou raça. Ao afirmarem a necessidade da constituição de referências ético-políticas para a abordagem do sofrimento psíquico nas regiões periféricas, Onocko-Campos (2012) mencionam que a problemática da marginalidade, da desigualdade e o compromisso com a transformação social enquanto questões para a psicanálise passaram por um período de arrefecimento durante as ditaduras na América Latina, tornando-se "*cada vez mais 'pura', mais 'linguística', mais 'estrutural'.*" (Onocko-Campos., 2012, p. 17). Nesse sentido, retomamos emprestada a interrogação de Gomes et al. (2023):

Quão desejável é, para o cuidado em saúde mental, que se identifique como se articulam e sobrepõem outros sistemas de opressão, dominação ou discriminação, e outras marcas identitárias de desqualificação e desvalor, na produção do sofrimento psíquico? (Gomes et al., 2023, p. 183)

O tema da vulnerabilidade não é novo, e segundo Scott *et al.* (2018), desde a década de 1990 o conceito de vulnerabilidade, em particular o de vulnerabilidade social tem ganhado destaque na produção acadêmica e científica, sobretudo a partir de trabalhos na área da saúde e da assistência social. Monteiro (2011) menciona que a vulnerabilidade emerge como conceito operatório das políticas sociais diante do esgotamento da matriz analítica da pobreza, que reduzia a precariedade a sua dimensão econômica. Por outro lado, há poucos estudos e debates na área da psicologia brasileira sobre o que realmente caracteriza a vulnerabilidade (Scott *et al.*, 2018), logo a falta de uma análise mais pormenorizada dos limites e possibilidades do conceito de vulnerabilidade ou sua incorporação de maneira imprecisa poderia significar possíveis reatualizações da estigmatização e da indexação de certos segmentos populacionais como "*vulneráveis*", fixando-os numa categoria substancialista, essencialista e equivocada do ponto de vista teórico (Ayres *et al.*, 2003; Monteiro, 2011). O desafio, portanto, é a geração de uma identificação de certos grupos como vulneráveis, gerando assim um eclipse sob as potencialidades presentes nesses grupos, ponto sublinhado pelas críticas de Cottet (2005), de Onocko-Campos (2012) e Weintraub e Vasconcellos (2013). Ou seja, o risco é escutar sempre do *mesmo lugar*, sem espaço para a complexidade, numa inflexão assistencialista ou paternalista.

Didier Fassin, autor que aborda de forma crítica as políticas de saúde dirigidas a populações vulnerabilizadas⁷, defende que devemos estar atentos para o fato de que o *sofrimento pode nem sempre apresentar-se como linguagem*, dimensão que interroga quais os efeitos podem ser produzidos ao procurar escutar, já que "*o sofrimento fala para além de si: ele remete necessariamente à violência que o causou, mas não pode ser sempre representado pela linguagem*" (Weintraub & Vasconcellos, 2013, p. 1047-1048). Retomamos nesse ponto a questão evidenciada por Tenenbaum e Muñoz (2023): *como escutar o que escapa à representação?* Nesse sentido, Fassin destaca a importância de uma *política da memória* diante do sofrimento causado pela violência, o que, para o trabalho em psicanálise, pode significar o acento a ser dado à escuta e conversação em grupos, abrindo-se maior possibilidade de um movimento de coletivizar para singularizar. Weintraub e Vasconcellos (2013), em referência ao trabalho de Miriam Debieux Rosa, afirmam que "*é papel do analista dar espaço para a fala sintomática do silêncio, aquilo que, diz Fassin, não pode sempre ser dito porque não há palavras para expressá-lo ou porque remete à situação da violência vivida diretamente*" (Weintraub & Vasconcellos, 2013, p. 1051).

Em *Pode o subalterno falar?*, Spivak (1985/2010), fazendo referência ao trabalho de Pierre Macherey, retoma a proposta de um método crítico pautado pela tarefa de *medir os silêncios*, reconhecidos ou não, algo como uma recusa ideológica coletiva, que atravessam um determinado campo epistemológico e culmina em determinadas práticas. Tal indicação é fundamental para nosso propósito, já que a distribuição desigual e diferencial de

⁷ Suas pesquisas partem do contexto francês (da década de 1990 até a contemporaneidade), e, sobretudo do fenômeno migratório, e das figuras do migrante, do refugiado, do estrangeiro, do excluído e dos "indesejados" em geral (pessoas em situação de pobreza, vítimas de guerra e de catástrofes). França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

vulnerabilidade tem sido só recentemente tematizada, de forma politizada e autocrítica, pelo campo psicanalítico. Esse trabalho se insere, portanto, na tarefa programática de *medir os silêncios* legados pelo aparato psicanalítico clássico em relação ao modo como a vulnerabilidade e os marcadores sociais (raça, gênero e classe) incidem na clínica, sendo reconhecidos ou não. Gherovici (2023) aponta que tais marcadores sociais da diferença têm sido historicamente negligenciados na teoria psicanalítica, constituindo uma espécie de “recalcado”, que retorna pela porta dos fundos. Rosa e Onocko-Campos (2012) referem tais marcadores como verdadeiras *variáveis sombra* no campo da saúde mental.

Nas décadas recentes, por conta tanto do espraiamento do campo de atuação do psicanalista (Figueiredo, 1997) como pela influência de estudos feministas, decoloniais e interseccionais, têm se problematizado de forma crítica a psicanálise e seus espaços formativos enquanto herdeiros de modelos privatistas, intimistas e individualistas de *setting* (Pacheco-Ferreira & Verztman, 2020). Tal problematização assinala sobretudo o potencial de reprodução de modos de *não escutar* o atravessamento que o social e os marcadores sociais da diferença realizam sobre as condições de enunciação, a transferência e a subjetivação. Esses aspectos, recalçados pela psicanálise, retornam como que de fora, entendidos como meros obstáculos ao estabelecimento do vínculo transferencial, e devem ser devidamente incluídos na cena analítica como elementos legítimos e dignos de uma escuta implicada ou seja, para além do edipianismo e do familiarismo, trata-se de tensionar o caráter não subjetivista do inconsciente, como extimidade, "Outro exterior e íntimo a quem estamos mais ligados que a nós mesmos" (Souza, 1998, p.157).

Por outro lado, e em defesa da psicanálise, cabe destacar que, sua especificidade, desde Freud e, sobretudo de seus ensaios antropológicos, consiste em levar em conta a imbricação estrutural do social e do psíquico, culminando na necessidade de leituras atentas à complexidade do fenômeno subjetivo e da recuperação das especificidades sociais da noção de sofrimento em psicanálise. Como manifestação de uma cisão, o recalçamento aparta o sujeito de uma verdade inconsciente, fortemente marcada pela incidência da alteridade. Segundo Ambra & Paulon (2024), "o sofrimento desvela as relações existentes entre desejo, possibilidades e impossíveis em determinada forma de vida" (p. 2), apontando não só para a dimensão subjetivista da experiência, mas para o que é partilhado, o que é reconhecido ou não dentro de gramáticas sociais atravessadas pela normatividade, que determinam o reconhecível e irreconhecível. O sofrimento aparece como sinal vital de um impasse entre sujeito e alteridade, não sendo algo estático, e podendo apontar para "mudanças de posição a partir da possibilidade de escuta, denúncia e agência" (*Ibid.*, p.3). Assinalamos a importância de ferramentas de leitura atentas ao inconsciente como algo que circula e à dimensão significativa como transindividual⁸.

⁸ Segundo Pacheco-Ferreira e Verztman (2020): "Teimamos em reintroduzir essa fronteira [entre público e íntimo, singular], fazendo da psicanálise um saber sobre o individual. Há aí uma tensão que muitas vezes não suportamos, pois a opacidade da palavra nos desorienta. A imagem do exercício da psicanálise como uma França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

Laurent (1999) propõe a figura do *analista cidadão* e destaca o quanto a psicanálise é tributária de uma certa concepção da posição do analista como posição de esvaziamento, de denúncia onipresente contra os discursos dos mestres que nos organizam e governam, podendo ser uma prática de crítica no pior do sentido do termo: mero denunciamento das alienações (imaginárias) aos quais os sujeitos estão submetidos como condição de habitar a linguagem, culminando numa prática defendida e consagrada pela figura de Serge Leclaire, professor de psicanálise da década de 1980, que a apoiava como *prática da desidentificação* (Laurent, 1999). Segundo Laurent (1999): "O analista crítico é o analista que não tem qualquer ideal, que se apaga, que é tão-somente um vazio ambulante que não crê em nada. Ele, obviamente, está além de toda crença." (Laurent, 1999). Contra tal analista deslocalizado e portanto irresponsável (Haraway, 1995), opomos a necessidade de repensar as ferramentas de escuta e de formação levando em conta a fundamental localização da escuta e do saber por ela articulado.

Por outro lado, o reacionarismo não seria algo intrínseco à psicanálise, que enquanto prática epistemológica divisora de águas no Ocidente, trabalha com uma concepção de sujeito descentrado e dividido, e é uma teoria solidária tanto à teoria marxiana quanto à nietzschiana, na medida em que, sob a orientação de uma hermenêutica da suspeita, contesta a autotransparência ilusória da epistemologia moderna (cartesiana), e, no limite, implica o próprio intérprete no ato de interpretação e naquilo que está sendo interpretado (Foucault, 1967/2000), nos dando pistas de que no conceito mesmo de transferência reside a concepção de que o fato clínico, qualquer que seja, só existe em relação e sob endereçamento. O próprio contexto de surgimento do conceito de transferência corrobora esse ponto e revela o quanto Freud se dispôs a retornar seu olhar sobre sua própria implicação naquilo que apareceu como um término abrupto do tratamento por parte de Dora. Freud descobre e teoriza a transferência ao reconhecer seu equívoco em analisar o caso Dora com base num pressuposto heteronormativo⁹. Em outras palavras: a contribuição psicanalítica para o campo da saúde mental seria pontuar a responsabilidade daquele que escuta no destino dado a narrativa, indo contra um senso comum de que o problema sempre está do lado do paciente, "seu" gozo e "seu" sintoma. A implicação, portanto, é um gesto ético fundamental.

Segundo Foucault (1967/2000), ao interpretar, o intérprete recebe de volta a imagem de sua própria implicação naquilo que visa interpretar, tendo um *efeito de choque*. Tais

conversa a dois dentro de um *setting* protegido pela intimidade do encontro, visando à escuta do inconsciente como produção de uma verdade individual, geralmente retorna pela porta dos fundos." (p. 9)

⁹ Como fugiria ao escopo deste artigo, aprofundar sobre o caso Dora, cabe dizer apenas que o caso envolvia uma tensão entre, de um lado, Dora e seu pai e de outro, o casal do Sr. K e da Sra. K. O pai de Dora tinha um caso extraconjugal com a Sra. K e, como que "oferece" a própria filha ao marido da amante, o Sr. K, que faz investidas contra Dora. Cabe resumir que a confusão de Freud que resultou no término do tratamento foi ler que havia um interesse sexual (não reconhecido por Dora) em relação ao Sr. K, enquanto que, na verdade, o interesse estava voltado para a Sra. K. Em seu posfácio ao Caso Clínico, Freud afirma: "Quanto mais me afastar temporalmente do término dessa análise, mais provável me parece que meu erro técnico tenha consistido na seguinte omissão: deixei de descobrir a tempo e de comunicar à doente que *a moção amorosa homossexual (ginefílica) pela Sra. K era a mais forte das correntes inconscientes de sua vida psíquica.*" (Freud, 1905/2021, p.161, *grifos nossos*). França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

epistemologias, portanto, nos colocam numa "postura desconfortável, já que essas técnicas de interpretação nos implicam, visto que nós mesmos, intérpretes, somos levados a nos interpretar por essas técnicas" (Foucault, 1967/2000, p. 43). Apontamos que, justamente nesse esforço de retorno crítico que realiza sobre si é que a psicanálise encontra uma de suas especificidades e potencialidades mais marcantes, e que reside não só num exercício de autocrítica, mas sobretudo num exercício de redimensionar, a cada vez, qual *lugar* de onde se escuta e também de procurar pontuar de que lugar o sujeito fala ou é falado, modalizando sua narrativa, com que voz conta sua história, e com que recursos narrativos encontra modos de dizer do impossível, para contornar o real como impossível de suportar, já que a verdade tem estrutura de ficção (Lacan, 1956-1957/1995, p. 259). A linguagem (verbal e não verbal) adquire contornos específicos que a tornam refratária e fugidia a definições estanques e puramente fenomenológicas. Num trecho célebre de *Teoria d'Alíngua*, citado por Gonzalez (1984) em *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, Miller (1976) afirma que: "*Dizer mais do que sabe, não saber o que diz, dizer outra coisa que não o que se diz, falar para não dizer nada, não são mais, no campo freudiano, os defeitos da língua que justificam a criação das línguas formais*", são, na verdade, propriedades inelimináveis do ato de falar.

Partimos da premissa de que ler os modos singulares de circular o real enquanto impossível de suportar são solidários aos recursos coletivos. Segundo Douville (2011), o laço social é o lócus de produção de montagens de representação da divisão do sujeito, montagens responsáveis por transmitir a arte de recolher os afetos do fracasso, da miséria e da angústia. Em outras palavras, é entre o singular e o coletivo que se encontram mitos e enquadramentos para a castração, montagens responsáveis por inscrever o desamparo (em termos freudianos), em ficções que possibilitem inscrever o real e a vulnerabilidade intrínseca à existência em estruturas simbólicas transgeracionais. Segundo Douville (2004): "O laço social, ou seja, o discurso que organiza a configuração das relações sociais, é também o nome dos momentos em que podem circular ou não as palavras que dizem a origem, o lugar, a filiação, o mito, sem deixar de manter um hiato e uma equivocidade salutares." (Douville, 2004, p.187). Douville (2011) também irá afirmar que "O social vai se definir pelo laço que garante ou não a possibilidade de sobrevivência e de transmissão do registro da palavra de uma geração para a outra." (Douville, 2011, p. 37).

Como narrar aquilo que não faz parte do narrável? Nos contextos da clínica ampliada, destacamos uma preocupação primordial: estar atento para escutar o sujeito com atenção redobrada aos silêncios, ao que fica em silêncio como produto de opressões e silenciamentos que devem ser atravessados e do que fica em silêncio como estratégia de sobrevivência (Tenenbaum & Muñoz, 2023), já que, muitas vezes, ao ser chamado a narrar certos acontecimentos, o sujeito corre o risco de dessubjetivação e de encontro com um real sem véu que não é função da psicanálise desvelar, mas bordejar, contornar e sustentar numa temporalidade apropriada, para que seja possível ao sujeito dizer, se assim puder e se assim se fizer necessário. Por outro lado, a clínica psicanalítica está fundada sobre a premissa de que a fala em análise é motor de cura e de tratamento. Diante disso, emerge o paradoxo de França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

que há um silêncio estratégico por parte do sujeito. Um silêncio que é definido como "tomada de posição ativa que envolve a decisão de não narrar determinados acontecimentos como modo de sobrevivência" (Tenenbaum & Muñoz, 2023, p. 1621).

Psicanálise Implicada, abordagem clínico-política e prática do testemunho

A expressão *clínica política* ou a concepção de *abordagem clínico-política* assume duas formas principais no contexto brasileiro. A primeira é demarcar uma prática que tem sido feita por coletivos *psis* em torno do enfrentamento da violência de Estado no Brasil, prática originalmente ligada à proposta das *Clínicas do Testemunho*¹⁰ (APPOA, 2018; Indursky & Kveller, 2018) cujo trabalho, entre o singular e o coletivo, visa produzir narração e memória em torno de experiências marcadas pelo esquecimento e por um projeto de silenciamento. Segundo Mollica e Souza (2023): "*As especificidades das clínicas do testemunho, no entanto, rapidamente se dissolvem quando o psicanalista entra nas periferias, favelas, quilombos ou aldeias indígenas*" (Mollica & Souza, 2023), dada a semelhança do que ali se encontra com um verdadeiro estado de exceção. O que está em jogo portanto, é que tal dissolução das especificidades da clínica do testemunho aponta para o fato de que, na verdade, o estado de exceção é a regra para grande parte da população nas periferias do Sul Global, e que uma prática primeiramente voltada para o contexto de violências de Estado pôde mostrar-se útil para pensar o atendimento clínico em outros contextos marcados pela vulnerabilidade.

11

A segunda forma de delimitar a concepção de uma *abordagem clínico-política* advém do trabalho de Rosa (2002; 2012; 2018; 2022), pioneira em afirmar a necessidade de uma *psicanálise implicada*, e cujo trabalho surge no contexto da escuta de sujeitos em contextos sociais violentos - "pessoas vivendo em situação de miserabilidade, adolescentes em conflito com a lei, pessoas que passam por experiências desenraizantes – imigrantes, migrantes não documentados, refugiados" (Rosa, 2012) - utiliza-se de uma epistemologia interdisciplinar que articula psicanálise, sociologia e filosofia política.

Enquanto Freud e Lacan dão ênfase ao aspecto do excesso pulsional, do traumatismo (*troumatisme*) como intrínseco à estrutura da subjetividade e da linguagem - ou seja, dado para todos – cabe interrogar como essa inteligibilidade em torno do trauma pode dessensibilizar o analista à escuta de que não exatamente o trauma está dado para todos de forma universal (da mesma forma), mas sim que, certos grupos, socialmente minorizados, estão mais expostos ao traumático como manifestação consistente do gozo do Outro (Rosa, 2012). Ao trabalhar o conceito de laço social em psicanálise, Douville (2004) interroga: "Como devemos ler a passagem entre o individual e o coletivo?" (Douville, 2004, p.183), e mais adiante afirmará que o analista que trabalha com as palavras dos sujeitos, trabalha "com as

¹⁰ "Criado pela Comissão de Anistia, o Clínicas do Testemunho é uma política pública pioneira na reparação psíquica aos afetados." (Indursky & Kveller, 2018, p.71). Implementado em cinco regiões brasileiras em 2013, como iniciativa de *reparação psíquica*, promovida pelo Ministério da Justiça do Governo de Dilma Rousseff (Mollica & Souza, 2023).

França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

condições de formulações, de construção e de recepção desta palavra, seus efeitos, suas impotências e seus poderes, é afetado pelo modo segundo o qual um sujeito vive e se constrói como um ser de cultura, em devir." (Douville, p. 184). A situação analítica pode ser aquela que surge como ocasião para que o sujeito retome o gosto pelos poderes da palavra.

Douville (2004), cujo contexto de trabalho em muito se assemelha àquele de autores envolvidos com a psicanálise implicada, como Rosa, por se dar com sujeitos e coletivos em situação de desenraizamento¹¹ hipotetiza uma transição de paradigma para a clínica psicanalítica nesses contextos, já que o trabalho consistiria muito menos em fazer emergir o elemento recalcado e muito mais num *trabalho prévio* em vencer um “desespero singular com relação à palavra” (Douville, 2004, p.180), ponto que converge com as hipóteses e constatações de Rosa (2012) que acentua o silenciamento e um sujeito sem lugar no discurso como efeitos da violência. Diante disso, poderíamos interrogar: "quando são destruídas todas as garantias da palavra, como então construir um outro a quem se pode falar?" (Davoine & Gaudilière, 2006, p. 92 citado por Gebrim, 2021, p.105).

Ambos os autores salientam, com expressões diferentes, a confrontação do sujeito com o Outro enquanto *figura de onipotência*, que nenhum grito ou formulação de excesso poderia fazer reagir (Douville, 2004, p. 180). Nesse sentido, Douville (2004) apresenta uma pista fundamental que vai no sentido de nossas críticas e considerações acerca da violência implícita em certas formas de conduzir a neutralidade como regra fundamental ao posicionamento daquele que escuta, já que "A neutralidade aqui seria a neutralização, se o psicanalista se reduzisse a encarnar de modo obstinado a figura do Outro que nada poderia emocionar ou impressionar." (Douville, 2004). A prática do testemunho surge como meio de sustentação de uma presença que empresta corpo para que o sujeito possa religar pontos dissociados. Segundo Gagnebin (2009): "Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro" (Gagnebin, 2009, p. 57).

Nesse sentido, a clínica da recepção com sujeitos vulnerabilizados exige um certo exercício de criar condições de possível pertencimento, ou de partilha da palavra e da narrativa¹² para que os sujeitos possam, ao dar valor às suas experiências renegadas pela história oficial¹³ (social, familiar, parental, institucional) e seus desmentidos, e poder dizer, de um lugar de fala, outras histórias e narrativas que deem lugar aos seus processos de minorização e de subjetivação às margens dos processos hegemônicos, tornando sensível o inconsciente enquanto o capítulo censurado, “marcado por um branco ou ocupado por uma mentira” (Lacan, 1953/1998, p. 260). Como esclarecem Bispo e Guerra (2023), estrutura e

¹¹ Tais como migrantes, refugiados, e sujeitos em situação de errância e exclusão, como toxicômanos, adolescentes, etc.

¹² Daí a importância dos dispositivos grupais, por exemplo (Uhr & Muñoz, 2023; Muñoz & Vilanova, 2021).

¹³ Segundo Ambra e Paulon (2018) "Nos interessa como analistas/historiadores o rascunho, as políticas editoriais de exclusão e inclusão, as atas da infância, as notas de rodapé da vida adulta e, enfim, tudo aquilo que o eu creê não fazer parte da história oficial" (p. 415).

França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

história, coletivo e singular, não seriam binômios ou dicotomias clínicas e/ou metodológicas, já que o que faz sofrer "*estrutura-se sobre o fundo matriciado do que se historiciza, do que se silencia e do que brutalmente é destruído*" (p. 1215). Segundo Lacan (1953-1954/2009): "a dimensão própria da análise, é a reintegração, pelo sujeito, da sua história até os seus últimos limites sensíveis, isto é, até uma *dimensão que ultrapassa de muito os limites individuais*" (p.22, *grifos nossos*). Em alguns outros momentos, sobretudo da década de 1950, Lacan sublinha o lugar epistêmico da psicanálise como ciência conjectural e histórica.

Ao situar a importância do ato de recepção do testemunho na clínica, Tenenbaum e Muñoz (2023) sublinham a dimensão política da língua para a psicanálise e interrogam: como escutar o que escapa à representação? Articulada à essa questão, salientamos a problemática do endereçamento, um fenômeno que muitas vezes supomos como algo dado, e sublinhamos a necessidade de interrogar a posição do analista diante do sofrimento social, tendo em vista que "as condições de enunciação nem sempre estão claras ou podem ser dadas de antemão" (Tenenbaum & Muñoz, 2023, p. 1620), o que significa que, com tais sujeitos, grande parte do trabalho dá-se na reconstituição ou estabelecimento de uma *função de endereçamento* (Tenenbaum & Muñoz, 2023, p. 1622). Tal constatação põe em xeque o modelo do sintoma como mensagem (algo endereçado a ser decifrado), deslocando a ênfase da interpretação, já em declínio enquanto elemento central do *corpus* psicanalítico (Cottet, 2011), para um *manejo do silêncio*. Segundo Silva Junior e Gaspard (2015), há uma diferença tópica entre enunciado e enunciação, já que o sujeito do inconsciente emerge apenas nos acidentes da enunciação e "não deve ser confundido, portanto, com o sujeito do enunciado, gramatical, isto é, o sujeito da ação de uma oração, lugar da instância egoica" (p. 30). Há, portanto, uma fenda intransponível entre o dizer e o dito, já que a verdade é passageira, semi-dita, transitória e essencialmente diacrônica (destinada a passar).

Tensões entre o singular e o coletivo

Como fazer comunidade sem depender de ideais preestabelecidos? Como criar enlaçamento a partir daquilo que tropeça e não faz todo? O laço social, abalado pelo universalismo, soma-se à solidão contemporânea que, instigada pelo individualismo, dificulta a singularização. (Tenenbaum & Muñoz, 2023, p. 1628)

Interrogar o estatuto da vulnerabilidade e da escuta que lhe é correlata, significa levar em conta de que *lugar* e escuta são dimensões indissociáveis. A pertinência da discussão advém da necessidade de interrogar os limites e possibilidades das práticas de escuta que propõem uma crescente oferta para reparação psíquica (APPOA, 2018) evitando considerá-las, de antemão, somente um reflexo do que Serge Cottet (2005) denominou de "*ideologia contemporânea da vítima*" (Cottet, 2005, p. 27), autor que, contrapondo-se à ideia de "resiliência" de Boris Cyrulnik, coloca um ponto importante para nossas indagações:

A escuta não repara tudo (...) Ora, a prática da psicanálise não se confunde com uma prática que visa apenas à escuta. (...) Dito isso, há uma caricatura que deve ser evitada, a do psicoterapeuta selvagem como especialista do sentido e do psicanalista lacaniano como especialista do não-sentido. (Cottet, 2005, p. 28, grifos nossos)

Se, por um lado, é preciso pautar uma necessária reinvenção do lugar de escuta em psicanálise, um primeiro passo é levar em conta que, efetivamente, a escuta não pode ser uma panaceia. Numa época em que a escuta serve para tudo (Laurent, 2022), a recusa de tomá-la como solução ou panaceia para quaisquer sofrimentos, indo na contramão dos discursos psicologizantes em voga na atualidade, não significa, porém, recusar a importância das políticas públicas e sociais de oferta de escuta como espaço de testemunho e de alguma reparação possível, em curso em alguns contextos internacionais, assim como no Brasil. A reconstrução tanto da possibilidade de um endereçamento, como da possibilidade de encontrar uma temporalidade ao próprio sofrimento, aparecem como as funções mais fundamentais e mais importantes da escuta como precipitadora de uma abertura subjetiva.

É importante salientar essas funções numa época marcada pelo individualismo, pela urgência e pela crise da narração (Benjamin, 1936/2012), que, em conjunto, sufocam o aparecimento da vulnerabilidade como experiência relacional, já que predominantemente individualizada pelo discurso hegemônico e atribuída à interioridade adoecida de um indivíduo isolado. Não podemos deixar de observar que, muitas vezes, tal operação se produziria com certo auxílio dos discursos *psi* de forma a remeter a experiência do mal-estar necessariamente como índice de problemas "internos" ao sujeito, de forma unilateral e intrapsíquica, o que se define como psicologização. Recuperar o tecido narrativo, portanto, é um gesto que recupera a história de um sujeito, permanente e irrevogavelmente atravessado por relações que o atravessam, tanto na sua constituição como na sua *desposseção* (Butler, 2004/2019; 2005/2015). Narrar a si mesmo pode atuar como forma de enfrentar alguns efeitos de segregação próprios ao individualismo, já que possibilita ao sujeito deparar-se com uma história atravessada por relações que o constituem e desconstituem. De acordo com Douville (2011):

A possibilidade de narração, ou seja, o trabalho de um mito individual, torna a acomodar e a dirigir essas palavras que, por terem perdido a nomeação e a residência, se repetem como metonímias sem direção, amputadas de um lugar onde poderiam se modificar e se transmitir. Decerto o inconsciente não é intrapsíquico, mas sim interpsíquico. (Douville, 2011, p. 36)

A necessária reinvenção do lugar de escuta em psicanálise poderia passar por uma revisão dos esquemas mentais que temos em torno do sujeito e da singularidade, para evitar reproduzir ideais de independência e liberdade individual, como consequências de uma escuta desatenta ao caráter intrinsecamente relacional da subjetividade, podendo produzir França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

um certo ideal de singularização na direção do tratamento (Tatit, 2023). Segundo Tatit (2023), além de poder aparecer como solução subjetiva universal, o uso desviado da singularidade pode ser facilmente capturado pelo discurso hegemônico, na medida de seu alinhamento aos ideais contemporâneos de "independência, criatividade, inovação e liberdade individual" (Tatit, 2023, p. 2). A singularidade antes remeteria ao jeito especial como cada um se vira com o real, e faz acontecer a junção entre corpo e linguagem, ou seja, "Tomar o não pertencimento como lugar de origem, conduz à inevitável percepção de que somos seres de empréstimo. Se a linguagem é, de início, transtornada, interessa como cada um se vira com ela." (Tenenbaum & Muñoz, 2023, p. 1630). O singular, que cabe manter é aquele que insere a condição faltante do Outro, a fim de que o sujeito possa se separar das amarras de um discurso que apenas o determina, encontrando espaço para a indeterminação, para a emergência do novo.

O paradoxo clínico, em situações marcadas pela exclusão e vulnerabilidade, portanto, é organizar meios de reconhecimento do trauma enquanto incidência de um acontecimento consistente, ao mesmo tempo em que se deixem abertas vias para inconsistir o Outro, sem desmentir sua real incidência. Um caminho que tem sido apontado é transpor o lugar da vítima para aquele da testemunha. Indursky e Kveller (2018) apontam essa preocupação, dizendo que o caminho do testemunho não necessariamente leva a uma identificação à posição de militância. Por outro lado, trata-se de reconhecer com a abertura ao outro produzida pela transferência, favorece à enunciação de denúncias que precisam ser escutadas, que precisam obter algum eco e ressonância no lugar de escuta, e que podem levar à alguma agência possível, mesmo ali onde o sujeito percebia-se como quase totalmente determinado pela história.

15

Relatar a si mesmo: vulnerabilidade e despossessão

Desde o início de suas pesquisas, Butler apresenta seu trabalho como "questionamento sobre o percurso do desejo, os trajetos de um sujeito desejante, sem nome e sem gênero em virtude de sua universalidade abstrata" (Butler, 1987/1999, p. xix). Em *Relatar a si mesmo*, Butler (2005/2015) assinala que a transferência como cena de interpelação e como prática ética não deve orientar-se na direção de que o sujeito realize um relato coerente de si e da própria história, já que, além disso ser impossível - a existência de um relato totalizante - isso só poderia ser feito de acordo com reconhecíveis, impessoais, de narração de uma vida. O inconsciente impõe limites na reconstrução narrativa de uma vida. O relato coerente seguiria a lógica fálica. Qualquer relato de si é inerentemente atravessado pela presença da alteridade, que entrecorta qualquer pretensão de "tudo" dizer sobre si ou de alcançar.

Ao criticar o que chama de uma visão autônoma do *eu*, ou seja, do eu enquanto autônomo, a autora acrescenta que sua novidade não seria tanto afirmar que o eu é uma instância relacional (o que não sana o problema da autonomia, só o coloca em termos França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

relacionais), mas que talvez fosse necessário colocar o problema em outros termos, para além da dicotomia entre autonomia e relacionalidade, em termos que dessem a ver como "não somos apenas constituídos por nossas relações, mas também *despossuídos* por elas" (Butler, 2004/2019, p. 44, *grifos nossos*). A autonomia é sempre atravessada e constrangida por uma vulnerabilidade, definida aqui como uma exposição corporal necessária e inevitável aos outros e à alteridade, que delimitam uma interdependência recíproca, marcada por ambivalência. Butler (2004/2019) interroga:

Existiria uma maneira pela qual o lugar do corpo e o modo como ele nos coloca fora de nós mesmos ou nos deixa além de nós mesmos abre um outro tipo de aspiração normativa dentro do campo da política? *O corpo implica mortalidade, vulnerabilidade, agência: a pele e a carne nos expõem ao olhar dos outros, mas também ao toque e à violência* (Butler, 2004/2019, p. 46, *grifos nossos*)

Ao buscar relatar a si mesmo, o eu - gramatical, o sujeito reflexivo - descobre que esse "si mesmo" está implicado numa temporalidade social que extravasa suas capacidades de narração, ou seja, quando tenta narrar a si mesmo, o eu, deve "tornar-se um teórico social" (Butler, 2005/2015, p.18). O eu, em relação a si mesmo, está sempre numa relação de *desposseção* - "A condição de despossuído opera como fundamento negativo para o restabelecimento de uma universalidade não excludente" (Rodrigues, 2021, p.40). A politização possível aberta pela escuta, portanto, vai na direção de revelar o quanto somos não só constituídos, mas desfeitos uns pelos outros. Segundo Butler (2004/2019):

Somos desfeitos uns pelos outros. E se não o somos, falta algo em nós. Esse parece ser o caso com o luto, mas só porque já era o caso com o desejo. Nem sempre permanecemos intactos como um modo de relacionar-se, nem o gênero nem a sexualidade são precisamente uma possessão, mas sim uma forma de ser despossuído, uma forma de ser para ou em virtude do outro. (Butler, 2004/2019, p. 43-44, *grifos nossos*)

Uma das principais contribuições de Butler para a psicanálise, além de sua teoria do gênero, seria a centralidade concedida por ela à vulnerabilidade como operadora de cenas de reconhecimento pautadas por um horizonte *antipredicativo*. Ponto que é levado em conta por Indursky & Kveller (2018), ao abordarem a prática do testemunho como aquela em que o reconhecimento é o efeito do lugar de fala desde o qual a verdade do sujeito pode emergir, e em que abre-se um *processo de indeterminação*: "O testemunho (...) é sempre uma cocriação, em que a posição do sujeito frente ao vivido é constantemente refabricada, na medida em que condições sociais de recepção de seu relato são possibilitadas" (Indursky & Kveller, 2018, p. 74).

Ao narrar a si mesmo (Butler, 2004/2019), o eu - gramatical e sujeito reflexivo - confunde *sua* fala com os sinais de sua própria ruína, já que a relação com o Outro inevitavelmente o atravessa e demonstra a fragilidade de qualquer autoco incidência ou auto França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

transparência da identidade do eu consigo mesmo, evidenciando sua indeterminação no Outro e pelo Outro. Antes de tentar favorecer um modelo de narrativa coerente, a transferência deve favorecer a emergência daquilo que está para além do dito e torná-lo sensível ao sujeito enquanto dizer, emergência ligada a interrupções na coerência narrativa e encenações do que não pode ser narrado, o que vai de encontro com a posição lacaniana de tornar sensível o impossível de dizer.

Ao longo de sua argumentação, Butler (2005/2015) subverte os lugares comuns em torno do reconhecimento enquanto fenômeno que ocorre entre semelhantes, ou que produz coerência, reciprocidade, semelhança, e afirma que, uma "ética baseada em nossa cegueira comum, invariável e parcial em relação à nós mesmos" (Butler, 2005/2015, p. 60) talvez seja uma forma de combater uma noção totalizante de identidade, que exigiria uma coerência do sujeito consigo mesmo o tempo todo a partir de um traço. Ora, o trabalho analítico situa-se justamente, não só numa ideia já criticada de um movimento infinito de desidentificação (Laurent, 1999), mas como uma prática que favorece a emergência da opacidade do sujeito consigo mesmo, sua divisão e as formações do inconsciente que lhe são correlatas, sendo inclusive um local onde o sujeito pode experimentar uma certa desorientação por *algo que não é*, sua ética da *falta-a-ser* (Lacan, 1958/1998).

Segundo Butler (2005/2015), um dos objetivos normativos da psicanálise é permitir ao sujeito contar uma história sobre si, de maneira a conhecer a si próprio por meio de uma reconstrução narrativa na qual o analista inclui suas intervenções. Por outro lado, como já mencionamos, nenhum esforço narrativo poderá dar conta de um relato coerente ou totalizante sobre si, dado que a primazia do Outro e a anterioridade radical da alteridade na constituição subjetiva irão sempre agir como pontos opacos, traumáticos inassimiláveis no aparelho psíquico, somente disponíveis retroativamente por meio da tela da fantasia. Aqui falamos do traumático estrutural. Segundo Butler (2005/2015), "a abordagem psicanalítica à primazia do Outro implica uma cautela ética contra entusiasmos que poderiam nos tornar impermeáveis à precariedade da vida" (Butler, 2005/2015, p. 99).

Enquanto cena de interpelação e endereçamento, a transferência reatualiza a presença enigmática da alteridade para que o sujeito tenha a oportunidade de pôr a trabalho sua própria opacidade constitutiva. Nesse sentido, a transferência é, além de um local de construção e reconstrução da história, um local para "encenar o que não pode ser narrado e encenar o inconsciente tal como ele é revivido na própria cena de interpelação" (Butler, 2005/2015, p. 75). Repensar os *lugares* em que a escuta dispõe-se a operar pode utilizar-se dessa pista de Butler, que, muito freudianamente, coloca em termos de "encenação" aquilo que não pode ser narrado. Uma pista para articular sua ética da despossessão com a problematização em torno do lugar de escuta em psicanálise, é que Butler afirma que "o analista está despossuído no momento em que age como lugar de transferência" (Butler, 2005/2015, p. 76). Segundo Butler (2005/2015):

Se nos momentos inaugurais do "eu" estou implicada pela exigência e pela interpelação do outro, isso quer dizer que existe alguma convergência entre a cena ética na qual minha vida, desde o princípio, está intrinsecamente ligada aos outros e a cena psicanalítica que estabelece as condições intersubjetivas de meu surgimento, minha individuação e minha capacidade de sobrevivência. (Butler, 2005/2015, p. 80)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do silenciamento socialmente endossado e fomentado, torna-se uma tarefa ainda mais delicada manejar a transferência de modo encontrar a voz narrativa de alguém, quando os efeitos do silenciamento incluem não só a aniquilação de narrativas minoritárias e ancestralidades, mas sua substituição por fábulas e/ou mitos colonizadores, tal como no exemplo do Mito da Democracia Racial, citado por Lélia Gonzalez como central à subjetivação da racialidade no Brasil (Gonzalez, 1984). Sobretudo em sujeitos marcados por histórias de silenciamento e sofrimento social, a supressão ou afastamento da própria voz pode ser uma forma de protegê-la (Das, 2006/2020). Nesse diapasão, o lugar *de onde* se diz assim como o lugar *de onde* se escuta fazem toda diferença. Nos vemos hoje diante da tarefa de dar alguns passos atrás e de redimensionar certas inteligibilidades clínicas descorporificadas, que, sob o pretexto do rigor teórico e de que os significantes não teriam cor, nem gênero, nem endereço, produzem desmentido ao invés de escuta.

18

Como em todo processo orientado pela psicanálise, a pergunta pelo desejo deve orientar o lugar de escuta e remete à localização de alguma implicação subjetiva possível, ponto de suma importância, que iremos interrogar, já que exige muito cuidado para não produzir violências que, muito apressadamente, desmintam a incidência real de um gozo do Outro, para poder fazer emergir uma *responsabilidade subjetiva* muito bruscamente, tal como indicado por Tatit (2023) a respeito da singularidade assumir um lugar de ideal na direção de tratamento. É preciso reconhecer que imbricações delicadas relacionam singular e coletivo, fazendo com que aquilo que há de mais singular não deixe de ser atravessado pelas incidências de fatores relacionais. A dimensão intrinsecamente política da narrativa e do narrar a si mesmo, reside na constatação de que, ao falar, o sujeito fala menos do lugar de um eu que detém a si próprio, e mais de um lugar aberto à indeterminação, à experiência do negativo e da falta-a-ser.

As noções de vulnerabilidade e testemunho, por mais que não sejam necessariamente conceitos psicanalíticos, demarcam, talvez exatamente por isso, a necessidade de uma psicanálise menor em suas pretensões de responder ao mal-estar social e suas incidências clínicas somente com seu aparato clínico-teórico. Partimos da premissa de que uma psicanálise contemporânea deve exercitar o esforço de se interrogar a partir daquilo que aparece como a dimensão social que lhe atravessa, como que vindo de "fora", de maneira a ler suas incidências e incluir essa dimensão, geralmente fora do enquadre de certa psicanálise,

que se esforça - por resistência ativa, omissão ou comodismo - em interrogar seu papel na manutenção de inteligibilidades clínicas que passam ao largo da complexidade, da multifatorialidade do sofrimento e da subjetivação. Como resposta possível, emergem modos de fazer clínica e pesquisa que levam em conta o caráter não todo e descompleto do saber psicanalítico, criando saberes necessariamente localizados, interdisciplinares, interseccionais, e por isso mesmo responsáveis, numa posição favorável ao "conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de postulados de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis. Irresponsável significa incapaz de ser chamado a prestar contas" (Haraway, 1995). É preciso lembrar: "A vulnerabilidade assume outro significado no momento em que é reconhecida, e o reconhecimento exerce o poder de reconstituir a vulnerabilidade" (Butler, 2004/2019, p.65).

REFERÊNCIAS

Ambra, P., & Paulon, C. P. (2018). O analista é o historiador: verdade, interpretação e perplexidade. *Psicologia USP*, 29(3), 412–417. <https://doi.org/10.1590/0103-656420180012>

Ambra, P., & Paulon, C. P. (2024). Registros políticos do sofrimento: identidade, trauma e transformação. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 27, e230967. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.e230967>

19

Associação Psicanalítica de Porto Alegre – APPOA (2018). *Por que uma clínica do testemunho? Clínicas do Testemunho RS e SC*. Instituto APPOA.

Ayres, J. R. de C. M., Franca Junior, I., Calazans, G. J., & Saletti Filho, H. C. (2003). O conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. In D. Czeresnia & M. Freitas (Orgs.), *Promoção de saúde: conceitos, reflexões, tendências* (pp. 117-139). Ed. FIOCRUZ.

Benjamin, W. (1936/2012). O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In W. Benjamin (2012), *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp.213-240). Brasiliense.

Bispo, F., & Guerra, A. (2023). Racismo e Sexismo: Estruturas de Transmissão, Incidências da História e Insistências do Real. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(4), 1212–1232. <https://doi.org/10.12957/epp.2023.80057>

Butler, J. (1999) *Subjects of Desire: hegelian reflections in Twenty-Century France* (2nd ed.). Columbia University Press. (Trabalho original publicado em 1987).

França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

Butler, J. (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Autêntica. (Trabalho original publicado em 2004)

Butler, J. (2015). *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Autêntica. (Trabalho original publicado em 2005)

Butler, J. (2023). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* (8a ed.). Civilização Brasileira. (Trabalho original publicado em 2009)

Canavêz, F., & Pacheco-Ferreira, F. (2020). Nas margens da clínica: a psicanálise implicada de Miriam Debieux Rosa. In F. Pacheco-Ferreira & J. Verztman (Orgs.), *O público na psicanálise* (pp. 35-48). Appris.

Canavêz, F., & Verztman, J. (2021). Somos capazes de escutar os desmentidos sociais? *Ayvu: Revista de Psicologia*, 8. <https://periodicos.uff.br/ayvu/article/view/49953>

Canavêz, F. (2020). Raça, gênero e classe social na clínica psicanalítica. *Tempo psicanal.*, 52(2), 79-102. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382020000200004

20

Cottet, S. (2005). Efeitos Terapêuticos na Clínica Psicanalítica Contemporânea. In T. C. dos Santos (Org.), *Efeitos Terapêuticos na Psicanálise Aplicada* (pp. 11-40). Contra Capa.

Cottet, S. (2011). *Ensaio de clínica psicanalítica*. Contra Capa.

Das, V. (2006/2020) *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário*. Unifesp.

Douville, O. (2004). Uma melancolização do laço social? *Ágora: Estudos Em Teoria Psicanalítica*, 7(2), 179–201. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982004000200001>

Douville, O. (2011). Para que serve o nome que carrego, quando minhas culturas se desmancham? *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 14(1), 35–46. <https://doi.org/10.1590/S1516-14982011000100003>

Fanon. F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA. (Trabalho original publicado em 1952)

Figueiredo, A. C. (1997). *Vastas confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público*. Relume-Dumará.

França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

Foucault, M. (2000). *Nietzsche, Freud, Marx*. In M. Foucault, *Ditos e Escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento* (pp. 40-55). Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1967)

Freud, S. (2021). Fragmento de uma análise de um caso de histeria (caso Dora) (1905). In S. Freud, *Histórias Clínicas: cinco casos paradigmáticos da clínica psicanalítica*. Autêntica (Trabalho original publicado em 1905)

Gagnebin, J. M. (2009). *Lembrar escrever esquecer*. Editora 34.

Gebrim, A. (2021). O transtraumático e o inconsciente colonial: reflexões sobre a branquitude do analista. In E. C. David & G. Assuar (Org.), *A psicanálise na encruzilhada: desafios e paradoxos perante o racismo no Brasil* (pp. 101-116). Hucitec.

Gherovici, P. (2023). Psicanálise do povo e para o povo. In A. M. C. Guerra, D. Hook & R. G. Lima (Orgs.), *Ubuntu - Psicanálise e Herança Colonial*. (pp. 67-88). n-1.

Gomes, B. R., Cabral, C. C., Silva, T. D., Serpa Junior, O. D., Muñoz, N. M., & Leal, E. M. (2023). Experiências de sofrimento psíquico, exclusão e silenciamento: construindo ferramentas de pesquisa e produção de cuidado na Atenção Psicossocial. In O. D. Serpa Júnior, N. M. Muñoz, M. C. V. Couto & (Orgs.), *Caminhos da Atenção Psicossocial* (pp. 181-194). Appris.

González, L. (1984). Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, (1984), 223-244.

Guerra, A. M. C., Broide, E. E., Moreira, I. G., & Aranha, M. C. (2015). Do sujeito suposto suspeito às possibilidades de suposição de saber. In A. M. C. Guerra, D. M. Penna & S. N. Soares (Orgs.). *Direito e Psicanálise II: o adolescente em foco* (Vol. 1, pp. 30-49). CRV.

Guerra, A. M. C., Januzzi, M. E. S., Siqueira, F. G., Diniz, G. M. S., & Rena, A. C. C. B. (2021). A vulnerabilidade e o Coronavírus: o giro político da psicanálise sobre a questão. *Revista Psicologia Política*, 21(51), 537-549. https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2021000200017

Guerra, A. M. C., Ribeiro, C., Jorge, E., Bispo, F., Souza, M., Rosa, N., Mendonça, R., Penha, S., & Santos, T. (2023). Fundamentos para uma clínica antirracista e decolonial. In A. M. C. Guerra & F. S. Bispo (Orgs.), *Ocupar a psicanálise: por uma clínica antirracista e decolonial* (pp. 15-30). n-1.

França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

Haraway, D. (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7–41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>

Indursky, A. C. & Kveller, D. B. (2018). Anistia, testemunho e reconhecimento. In *Clínicas do Testemunho RS e SC, Por que uma clínica do testemunho*. Instituto APPOA.

Lacan, J. (2009) *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1953-1954)

Lacan, J. (1953/1998). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In J. Lacan, *Escritos* (pp. 238-324). Zahar. (Trabalho original publicado em 1953)

Lacan, J. (1995). *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Zahar. (Trabalho original publicado em 1956-1957)

Lacan, J. (1998). A direção do tratamento e os princípios de seu poder. In J. Lacan, *Escritos*. Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)

Laurent, É. (1999). O analista cidadão. *Curinga*, (13), 7-13. https://ebp.org.br/mg/wp-content/uploads/2020/06/Curinga-edicao_13.pdf

Laurent, É. (2022). A Interpretação: da escuta ao escrito. *Boletim Punctum*, (2). <https://ebp.org.br/nordeste/jornadas/2022/2022/08/16/a-interpretacao-da-escuta-ao-escrito/>

Macedo, M. M. D. R. de, & Klautau, P. (2020). A escuta analítica como instrumento de resgate e manutenção do laço social. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 11(3supl), 45–60. <https://doi.org/10.5433/2236-6407.2020v11n3suplp45>

Mollica, M. & Souza, & M. F. G. de (2023). *Como fazer uma clínica política sem colocar em risco a política da clínica?* (Apresentação de Trabalho de circulação interna).

Monteiro, S. R. da R. P. (2012). O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade Em Debate*, 17(2), 29-40. <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/695>

Muñoz, N. M., & Vilanova, A. (2021). A prática da conversação na universidade: uma estratégia para o enfrentamento do mal-estar na vida discente. In I. F. Ferrari & A. A. Mendes (Orgs.), *O sofrimento psíquico de jovens no espaço universitário*. (pp. 101-113). Escuta.

França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

Onocko-Campos, R. (2012). Saúde Coletiva e Psicanálise: entrecruzando conceitos em busca de políticas públicas potentes. In R. Onocko-Campos, *Psicanálise e Saúde Coletiva: Interfaces* (pp. 17-38). Hucitec.

Pacheco-Ferreira, F.; Verztman, J. (Orgs.). (2020). *O público na psicanálise*. Appris.

Rodrigues, C. (2021). *O luto entre a clínica e a política: Judith Butler para além do gênero*. Autêntica.

Rosa, L. C. dos S., & Campos, R. T. O. (2012). Etnia e gênero como variáveis sombra na saúde mental. *Saúde Em Debate*, 36(95), 648–656. <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/PrGFpjNDD6gB97HKzxPmSPf/>

Rosa, M. D. (2002). Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura: Revista de Psicanálise*, 2(2), 42-46.

Rosa, M. D. (2012). Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas clinicopolíticas. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, (41-42), 29-40. <http://www.apoa.com.br/uploads/arquivos/revistas/revista41.pdf>

Rosa, M. D. (2018). *A Clínica Psicanalítica em face da Dimensão Sociopolítica do Sofrimento*. (2a. ed.). Escuta/FAPESP.

Rosa, M. D. (2022). Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e242179. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242179>

Silva Junior, N., & Gaspard, J-L. (2015). Trauma e narração: modelos e suas consequências clínicas de Freud a Lacan. *Cadernos de Psicanálise - SPCRJ*, 31(34), 21-37. <https://spcrj.org.br/produto/cadernos-de-psicanalise-spcrj-2015/>

Scott J. B., Prola, C. A., Siqueira, A. C., & Pereira, C. R. R. (2018) O conceito de vulnerabilidade social no âmbito da psicologia no Brasil: uma revisão sistemática da literatura. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)*, 24(2), 600-615. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n2p600-615>

Souza, N. S. (1998), *O estrangeiro: nossa condição*. In C. Koltai (Org.), *O estrangeiro* (pp.155-163). Escuta/FAPESP

Spivak, G. C. (2010) *Pode o subalterno falar?* Ed. UFMG. (Trabalho original publicado em 1985)

França, V. H. A., Reys, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

Tatit, I. (2023). O ideal de singularização na direção do tratamento. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, (15), 1. <https://revistalacuna.com/2023/12/19/n-15-01/>

Tenenbaum, D., & Muñoz, N. M. (2023). Fronteiras da Língua: Desarraigamento e Testemunho em Psicanálise. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 23(4), 1618–1632. <https://doi.org/10.12957/epp.2023.80485>

Uhr, D., Muñoz, N.M. (2013). Grupos de recepção: uma porta de entrada para a experiência de análise? *Latusa*, (18), 97-104.

Weintraub, A. C. A. de M., & Vasconcellos, M. da P. C. (2013). Contribuições do pensamento de Didier Fassin para uma análise crítica das políticas de saúde dirigidas a populações vulneráveis. *História, Ciências, Saúde-manguinhos*, 20(3), 1041–1055. <https://doi.org/10.1590/S0104-597020130003000016>

Zygouris, R. (2011). *Psicanálise e psicoterapia*. Via Lettera.

Recebido em: 30/06/2024

Reapresentado em: 09/10/2024

Aprovado em: 12/10/2024

SOBRE OS AUTORES

Victor Hugo Amorim de França é Psicólogo (PUC-Rio), Especialista em Clínica Psicanalítica (IPUB/UFRJ). Ex-Coordenador Adjunto do Laboratório de Pesquisa em Psicanálise Aplicada às Adicções (LAPSA/PROJAD/IPUB/UFRJ). Pesquisador Colaborador no Laboratório de Psiquiatria Transcultural e Etnopsicanálise (LaPTE/IPUB/UFRJ).

Bruno Netto dos Reis é Médico psiquiatra e psicanalista. Bacharel em Ciências Sociais. Professor Adjunto do Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal (DPML) da Faculdade de Medicina (FM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Possui graduação em Ciências Sociais pela UFRJ (1986) e graduação em Medicina pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 1992). Possui títulos de Residência Médica em Psiquiatria pela UFRJ (1995), Mestrado em Teoria Psicanalítica pela UFRJ (1998) e Doutorado em Psicologia pela UFRJ (2015). Tem experiência na área de medicina, com ênfase em psiquiatria e psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: psiquiatria, psicopatologia, psicanálise, saúde mental, psicologia médica, psiquiatria geriátrica, psicoses, depressão, melancolia, bipolaridade, cognição, demência, álcool e drogas, dor crônica, psiquiatria transcultural, etnopsiquiatria, etnopsicanálise, transexualidade e saúde mental dos povos indígenas. Coordenador do Laboratório de Psiquiatria Transcultural e Etnopsicanálise (LaPTE) do Instituto de Psiquiatria (IPUB) da UFRJ. Coordenador da disciplina Psicopatologia I, oferecida França, V. H. A., Reis, B. N., & Cavalcanti, M. T. (2024). Somos capazes de escutar as vulnerabilidades socialmente induzidas? Repensando o lugar de escuta em psicanálise para além da "abstinência" do analista. *PLURAL – Revista de Psicologia UNESP Bauru*, 4, e024p13.

pelo DPML da FM para o curso de Psicologia. Coordenador do Ambulatório de Saúde Mental e Diversidades. Membro da Escola Letra Freudiana.

Maria Tavares Cavalcanti é Professora titular do departamento de psiquiatria da Faculdade de Medicina da UFRJ; diretora do Instituto de Psiquiatria da UFRJ de 2010 a 2018; Mestrado e doutorado em psiquiatria no Instituto de Psiquiatria da UFRJ.